



**MUNICÍPIO DE ALMADA
CÂMARA MUNICIPAL**

EDITAL N.º 196 / 2015

PEDRO LUÍS FILIPE, DIRETOR MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS, no uso dos poderes que me foram delegados pelo Presidente da Câmara Municipal de Almada, através do seu despacho n.º 34/2013-2017, de 19 de outubro de 2013, torno público que:

A Câmara Municipal de Almada na sua reunião de 20 de maio de 2015, **deliberou:**

- Aprovar a subscrição da **Carta de Adaptação de Durban**, nos termos do disposto no documento que se encontra anexo ao presente edital e que aqui se dá por inteiramente reproduzido;
- Remeter ao Secretariado da Associação Mundial ICLEI, Governos Locais para a Sustentabilidade, enquanto coordenador desta campanha a presente deliberação.

E para constar se passou o presente Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.

Almada, 21 de maio de 2015

O Diretor Municipal de Administração Geral e Finanças

Carta de Adaptação de Durban para Governos Locais
conforme adotada em 04 de dezembro de 2011 à ocasião da “Convenção
de Governos Locais de Durban: adaptando-se a um clima em mudança”
– para COP17/CMP7 e além –

Preâmbulo

Por ocasião da reunião dos governos locais do mundo em Durban, África do Sul para COP17-CMP7 em um momento crítico das negociações internacionais sobre mudanças climáticas, reconhecemos o significado do evento:

Lembrando a Carta da Liberdade de 1955, a qual foi produto do desenvolvimento, por parte dos Sul Africanos, de sua visão própria sobre uma sociedade alternativa e reafirmando que um governo é válido apenas se segue a vontade do povo;

Lembrando que a Agenda 21 identifica governo local como o “nível de governo mais próximo da população” com um “papel-chave em tomar o desenvolvimento sustentável uma realidade”;

Observando a Declaração Final de Cochabamba de 2010, da Conferência Mundial dos Povos sobre Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra, que reconhece que o futuro da humanidade está em perigo como resultado da insistência em um modelo de crescimento ilimitado, e que o débito significativo em adaptação imposto aos países do Sul Global deve ser tratado através de compensação financeira, maior justiça social e ambiental, e um reconhecimento da importância da integridade ecológica;

Observando que o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) destacou a necessidade de mais vasta e rápida adaptação do que está ocorrendo atualmente a fim de se reduzir a vulnerabilidade às mudanças climáticas;

Acolhendo o resultado dos Acordos de Cancun, nos quais governos locais e subnacionais foram reconhecidos como “atores governamentais” no regime de mudanças climáticas, como uma conquista concreta decorrente de duas décadas de defesa do clima global por governos locais;

Reconhecendo que os desafios das mudanças climáticas, pobreza, e degradação dos ecossistemas estão rapidamente aumentando a lacuna entre a demanda por recursos naturais das populações crescentes e economias associadas por um lado, e uma base de recursos e capacidade de suporte dos ecossistemas declinante pelo outro;

Reconhecendo que os ganhos advindos do desenvolvimento sustentável, particularmente a relação entre alimentos – água - energia, estão sendo deteriorados pelos impactos das mudanças climáticas;

Reconhecendo o impacto desproporcional que os efeitos das mudanças climáticas exercem nas mulheres e populações de baixa renda urbanas e rurais;

Reconhecendo a desigualdade intergeracional de ações hesitantes de mitigação e adaptação;

Reconhecendo que a população mundial urbana está crescendo rapidamente; que as cidades são centros de inovação econômica, política e cultural; motores significativos das economias nacionais; e gerenciam vastos recursos públicos, infraestruturas e investimentos;

Reconhecendo que globalmente, os governos locais desempenham um papel estratégico no combate às mudanças climáticas, por suas atividades diretas na realização de funções governamentais locais; sua responsabilidade por leis e regulações que podem influenciar adaptação e mitigação; e sua habilidade de demonstrar liderança e soluções inovadoras nessa área;

Reconhecendo que precisamos alocar a adaptação no centro dos futuros planos locais de resposta às mudanças climáticas e estratégias de desenvolvimento urbano, e que precisamos aproveitar as oportunidades econômicas e sociais oferecidas pelo desenvolvimento sustentável;

Destacando o valor dos esforços que vêm sendo empreendidos desde a Cúpula da Terra, o aumentado ímpeto do Mapa do Caminho dos Governos Locais pelo Clima desde 2007, e os mais recentes compromissos assumidos por governos locais a fim de avançar a agenda de adaptação no nível local, incluindo o Pacto Global das Cidades sobre Clima – o Pacto da Cidade do México, a Declaração dos Prefeitos Africanos sobre Mudanças Climáticas de 2011, e a Declaração de Bonn de Prefeitos de 2011;

Apoiando a chamada da Carta da Terra por uma parceria global a fim de lidar com os múltiplos desafios ecológicos, sociais e econômicos que o mundo enfrenta.

Cláusulas

Nós, os signatários da Carta de Adaptação de Durban, convocamos governos locais e subnacionais a se comprometerem a aumentar a escala de suas ações para acelerar seus esforços de adaptação, comprometendo-se com o que segue:

1. Integrar a adaptação como um fator chave em todo planejamento de desenvolvimento de governos locais

Nós nos comprometemos a adotar a adaptação às mudanças climáticas como uma consideração fundamental em todas as estratégias chave de desenvolvimento e estruturas de desenvolvimento espacial de governos locais. Institucionalmente, o tema das mudanças climáticas deve ser alocado a um gabinete de alto nível hierárquico, como o do Prefeito Executivo ou o do Administrador Municipal da autoridade local.

2. Compreender os riscos climáticos por meio da realização de avaliações de impactos e vulnerabilidade

Nós empreenderemos avaliações de impactos e vulnerabilidades no nível local a fim de determinar a exposição, sensibilidade e a capacidade adaptativa dos sistemas humanos e naturais conforme indicado pelo melhor padrão científico e de conhecimento tradicional disponíveis.

3. Preparar e implementar estratégias de adaptação locais integradas, inclusivas e de longo prazo, desenhadas para reduzir a vulnerabilidade

Nós prepararemos estratégias de adaptação baseadas em evidências e localmente relevantes, e iremos desenvolver e adotar medidas para garantir que os objetivos de tais estratégias sejam implementados, monitorados, avaliados e integrados em processos regulamentados de planejamento do governo. Tal planejamento guiará o desenvolvimento de infraestrutura e investimentos inteligentes do ponto de vista climático e ambientalmente sustentáveis, e que garantirão que o desenvolvimento urbano e rural forneça oportunidades para um desenvolvimento adaptativo e sustentável.

4. Garantir que estratégias de adaptação estejam alinhadas às estratégias de mitigação

Nós iremos garantir que as ações de adaptação adotadas estejam em sinergia com ações de mitigação a fim de promover soluções economicamente eficientes e sustentáveis, e limitar aumentos na produção e emissão de gases de efeito estufa. De forma similar, iremos garantir que as atividades de mitigação não ocasionem o aumento da vulnerabilidade ou resultem em desadaptação.

5. Promover o uso da adaptação que reconhece as necessidades das comunidades vulneráveis e garante o desenvolvimento econômico local sustentável

Nós garantiremos que o uso da Adaptação de Base Comunitária (CBA) será priorizado a fim de melhorar a qualidade de vida em nossas comunidades, inclusive as populações urbanas e rurais de baixa renda, que são vulneráveis aos impactos nocivos das mudanças climáticas, especialmente grupos vulneráveis como mulheres, crianças, jovens, idosos, deficientes físicos e mentais e populações indígenas. Nós engajaremos nossos cidadãos em nossas ações para lidar com as mudanças climáticas, e apoiaremos propostas da sociedade civil que de maneira eficiente e com bom custo-benefício encorajem mudanças de estilo de vida que contribuam para nossas ações climáticas locais. Nós levantaremos estratégias de adaptação climática, verificando sua compatibilidade com as estratégias de desenvolvimento econômico local.

6. Priorizar o papel dos ecossistemas ativos como centro da infraestrutura verde municipal

Nós iremos garantir que a gestão sustentável, conservação e restauração de ecossistemas e os serviços ecossistêmicos relacionados a eles sejam usados para possibilitar que os cidadãos adaptem-se aos impactos das mudanças climáticas, o que é o conhecido como Adaptação de Base Ecosistêmica (EBA). Nós lutaremos para manter e aumentar a resiliência, e para reduzir a vulnerabilidade dos ecossistemas e da população aos impactos das mudanças climáticas.

7. Buscar a criação de acesso direto a oportunidades de financiamento

Nós construiremos nosso modelo de financiamento climático através da geração de fundos internamente e buscando o desenvolvimento de mecanismos inovadores de financiamento que permitam acesso direto a fundos nacionais e internacionais para nossas ações de adaptação cadastradas. Nós apoiamos a criação de uma linha temática para adaptação local no Fundo Climático Verde, e com isso buscaremos o apoio de governos nacionais e instituições financiadoras multilaterais.

8. Desenvolver um registro aceitável, robusto, transparente, mensurável, relatável e verificável (MRV)
Sistemas MRV devem refletir o contexto local no qual as ações de adaptação ocorrem.

9. Promover governança multinível e integrada, e advogar em favor de parcerias com governos subnacionais e nacionais em ações climáticas locais.

Nós asseguraremos a cooperação com todos os níveis de governo para implementação de planos e medidas no nível local que estejam ligadas e fortaleçam abordagens de governança multinível e melhorem a cooperação interdepartamental a fim de lidar com maior eficiência com fatores que ultrapassam as fronteiras do governo local, incluindo riscos relacionados às mudanças climáticas, tendências como urbanização e migração, e estruturas institucionais e legais. Nesse sentido, apoiaremos a representação apropriada de atores governamentais locais, com experiências relevantes, no Comitê de Adaptação, do Quadro de Adaptação de Cancun.

10. Promover parcerias em todos os níveis, e cooperação e intercâmbio de conhecimentos entre cidades.

Nós concordamos em buscar parcerias ativas e promover cooperação entre cidades, nos níveis regional e global, incluindo compartilhamento de informações e conhecimento, capacitação e transferência de tecnologia em todas as áreas relevantes para adaptação às mudanças climáticas, bem como encorajar e convidar outros líderes de governos locais e subnacionais a se unirem às nossas ações climáticas.

O novo signatário:

Assinado nesta data

em.....

Nome

Cargo

Representando

Governo Local

País

Assinatura

Por favor enviar para:

ICLEI Secretariado para África, 8th Floor, 44 Wale Street, Cape Town, 8001, SOUTH AFRICA

Tel: +27 21 487-2312 / Fax: +27 21 424-9313 / E-mail: iclei-africa@iclei.org